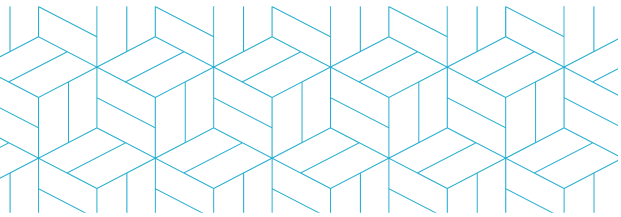
RBR Infra DI Renda Mais



Outubro 2026 | Relatório Mensal

RBR Infra DI Renda Mais

Outubro 2026 | Relatório Mensal

Resultado

12,29% a.a. *Dividend Yield* no Mês	11,84% a.a. *Dividend Yield* Acumulado[1]
R$ 0,93 / cota Rendimento do Mês	R$ 95,79 Cota Patrimonial

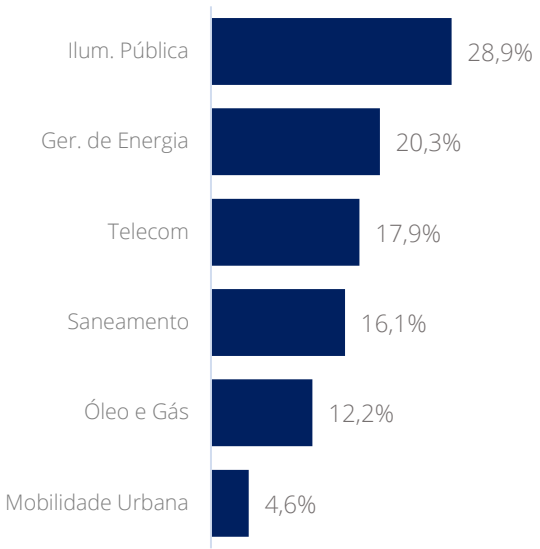
Alocação

CDI + 3,19% a.a.
Carrego do Portfólio[2]

14 Operações Investidas

4,2 anos *Duration* Média do Portfólio

Alocação por Setor[2]



Aquisições no mês: ENEY12 (2,8% do PL)

Vendas no mês: Sem movimentações

Outras Informações

Cadastre-se em nosso Mailing	Fale com o RI
Clique Aqui	contato@rbrasset.com.br

Conheça nossas estratégias de Investimento

R$ 5,5 bilhões Sob Gestão no Brasil e nos EUA, com foco no mercado Imobiliário e em Infraestrutura

Desenvolvimento Imobiliário	Brasil; Estados Unidos
Infraestrutura	RBR Renda Mais — RBR Infra DI Renda Mais RBRJ11 — RBR Infra Crédito FIC INFRA RF RBR CDI FIP — RBR Infra Crédito CDI FIP-Infra RBR PRÉ FIP — RBR Infra Crédito Pré FIP-Infra RBR PRÉ II FIP — RBR Infra Crédito Pré II FIP-Infra
Ativos Líquidos Imobiliários	RBR FOF — RBR FOF IMOBILIÁRIO FIF – CIC MULT

Investindo de Um Jeito Melhor
Conheça nossa abordagem ESG

Resumo	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26	ago-26	set-26	out-26	Início
Dividendo (R$ / cota)	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93	**18,30**
Cota Patrimonial (R$)	98,14	98,32	98,12	98,37	97,61	95,89	95,79	**100,10**
Dividend Yield (a.m.)	0,95%	0,95%	0,95%	0,95%	0,95%	0,97%	0,97%	**0,94%**
Dividend Yield (a.a.)	11,98%	11,96%	11,99%	11,95%	12,05%	12,28%	12,29%	**11,84%**
***Benchmark (a.a.)*[3]**	13,91%	13,91%	14,65%	15,60%	14,02%	13,83%	13,65%	**14,43%**
Cota Ajustada[4]	-0,50%	1,12%	0,79%	1,20%	0,29%	-0,54%	0,89%	**14,82%**
Benchmark[5]	1,09%	1,09%	1,15%	1,22%	1,10%	1,09%	1,07%	**22,41%**

[1] Acumulado desde o início do fundo em 06/05/2025. [2] Refere-se à alocação do portfólio em debêntures, desconsiderando o caixa e outros ativos. [3]Benchmark: CDI. [4]Cota Patrimonial acumulada desde o início do fundo e ajustada pelas distribuições. [5]CDI acumulado desde o início do fundo.

RBR Infra DI Renda Mais

Nota do Gestor

Caro investidor,

Renda+. O RBR Infra DI Renda Mais ("Fundo") integra a família de fundos Renda+ da XP, com prazo determinado com 7 (sete) anos de duração, com foco em investir os recursos captados ao longo dos primeiros 2 (dois) anos e, após tal período, os recursos investidos pelos cotistas, quando recebidos pelo fundo no âmbito das operações, passarão a ser devolvidos até a total liquidação do fundo. Mensalmente, os cotistas fazem jus à distribuição dos rendimentos auferidos pelo fundo.

Tese. A tese de investimentos do RBR Renda+ é focada na aquisição de emissões de títulos de dívida de Infraestrutura no mercado primário, preponderantemente em ativos com risco projeto, combinando posições para carrego e potencial ganho de capital. A carteira do fundo é dividida em três books distintos – core, tático e yield. O book **core** é composto por emissões exclusivas com originação e estruturação proprietária ou emissões coordenadas por terceiros com participação ativa da RBR na estruturação, nas quais o fundo detém controle ou influência relevante em assembleias, com foco em operações de longo prazo e em estrutura de project finance. O book **tático** concentra-se em operações de alta liquidez, rating público e ampla distribuição no mercado, buscando ganhos de capital de curto e médio prazo, com viés mais oportunístico, com ênfase em movimentos de reprecificação de risco e upgrades de rating. Por fim, o book **yield** envolve emissões não incentivadas no mercado de infraestrutura, com foco em operações de duration mais curta, tais como bridge-loan e mini-perm, atuando como solução de capital transitória para projetos no setor.

Carteira. Encerramos o mês de outubro com aproximadamente 89,6% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado, com R$ 139,0 milhões investidos em 14 (quatorze) ativos, em 6 (seis) setores distintos. A taxa média de aquisição é de CDI + 3,19%[1] e duration média de 4,2 anos**.** Todas as operações do fundo estão adimplentes com suas obrigações e são monitoradas constantemente pela RBR.

Rendimentos. Anunciamos a distribuição de rendimento de **R$ 0,93 por cota** referente a outubro de 2026 para os investidores**.** Tais rendimentos são isentos de IR para os cotistas pessoas físicas.

Cota Patrimonial. A cota patrimonial encerrou o mês em **R$ 95,79**, com variação negativa de **-0,10%**, impactada negativamente por uma abertura média de 37bps das NTN-B's com vencimento após 2029, além da abertura dos spreads em papéis com preço ANBIMA, como AEGE16 e TEPA13, totalizando um impacto negativo de –R$0,68 por cota só com marcações a mercado. Tais marcações decorrem de fatores macro, em especial em razão do cenário eleitoral nacional, cenário político internacional e pelo contexto prolongado de juros altos, sem relação direta com a qualidade de crédito dos papéis.

Importante pontuar que não identificamos alteração no perfil de crédito dos ativos do portfólio e não vislumbramos, com base nos fatos públicos, qualquer evento de crédito relacionado aos papéis. Todos os papeis da carteira seguem adimplentes com todas as obrigações pecuniárias das emissões e, considerando o prazo remanescente do fundo e a duration da carteira, vislumbramos que o carrego patrimonial do fundo se normalize ao longo de tal período.

Movimentações. Em outubro, realizamos o investimento na debênture incentivada para a 360 Energy, com prazo de 15 anos a B35 + 115 bps (IPCA + 9,48%). A emissão possui rating AAA pela S&P (Out'26). O projeto compreende 4 UFVs instaladas nas unidades fabris da Stellantis Brasil, em configuração behind-the-meter, o que elimina a exposição ao *curtailment*. O COD das plantas é esperado para o 2S27. O projeto possui contrato de autoprodução, arrendamento e O&M com a Stellantis Brasil, com preço de energia pré-estabelecido antes do início da operação com reajustes anuais pela inflação. Além disso, o projeto conta com fiança bancária emitida pelo Banco Santander, vinculada à conclusão física dos parques solares.

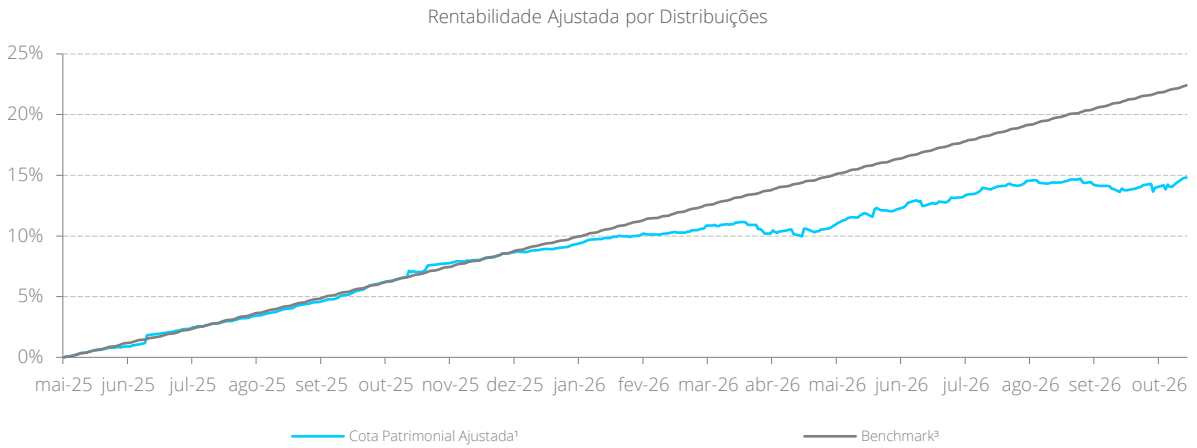
[1]A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. [2]Internet Service Provider [3]Usinas Fotovoltáicas

RBR Infra DI Renda Mais

Outubro 2026 | Relatório Mensal

Performance

O gráfico e a tabela abaixo apresentam a rentabilidade da cota patrimonial do RBR Infra DI Renda Mais ajustada pelas distribuições de rendimentos. O fundo acumulou um retorno de 14,82% desde o seu início em Mai'25.



Rentabilidade		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	LTM²	Acum.
2026	Cota Patrimonial¹	0,93%	0,25%	0,80%	-0,50%	1,12%	0,79%	1,20%	0,29%	-0,54%	0,89%	-	-	5,34%	6,71%	14,82%
	Benchmark³	1,16%	1,00%	1,20%	1,09%	1,09%	1,15%	1,22%	1,10%	1,09%	1,07%	-	-	11,74%	14,29%	22,41%
2025	Cota Patrimonial¹	-	-	-	-	-	1,34%	1,01%	1,11%	1,32%	1,81%	0,57%	0,73%	9,00%	-	9,00%
	Benchmark³	-	-	-	-	-	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	9,55%	-	9,55%

Resultado

Resultado Renda+ (R$ / Cota)	nov-25	dez-25	jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26	ago-26	set-26	out-26	Início
(+) Receitas	0,66	0,83	1,04	0,24	0,84	(0,57)	1,23	0,88	1,30	0,26	(0,68)	0,94	15,27
Debêntures Carrego	0,84	1,11	1,36	0,52	0,76	(0,66)	1,12	0,77	1,15	0,08	(0,85)	0,84	13,61
Debêntures Não Recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,07
Liquidez	0,13	0,09	0,07	0,05	0,08	0,09	0,09	0,11	0,15	0,18	0,16	0,10	3,81
Outros	(0,31)	(0,37)	(0,38)	(0,33)	-	-	0,02	-	-	-	-	-	(3,21)
(-) Despesas	(0,12)	(0,13)	(0,13)	(0,07)	(0,09)	(0,13)	(0,12)	(0,14)	(0,12)	(0,09)	(0,11)	(0,11)	(2,08)
(=) Resultado Líquido	0,55	0,70	0,92	0,17	0,75	(0,68)	1,10	0,74	1,18	0,17	(0,79)	0,84	13,21
(=) Cota Patrimonial EOP	101,44	100,89	100,76	99,93	99,75	98,14	98,32	98,12	98,37	97,61	95,89	95,79	100,10
(-) Recursos Distribuídos aos Cotistas	(1,25)	(1,05)	(1,00)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(0,93)	(18,30)
% *Dividend Yield Anualizado*	15,83%	13,23%	12,58%	11,76%	11,78%	11,98%	11,96%	11,99%	11,95%	12,05%	12,28%	12,29%	14,82%

¹Cota Patrimonial ajustada pelas distribuições. ²Últimos 12 meses. ³Benchmark: CDI

RBR Infra DI Renda Mais

Outubro 2026 | Relatório Mensal

Distribuição de Rendimentos

As distribuições de rendimentos aos cotistas do Fundo podem ser realizadas por meio de amortizações a título de rendimentos ou de principal. Em ambos os casos os recursos distribuídos são isentos de IR para o investidor pessoa física.

Mês / Ano	Distribuição (R$ / cota)	Data do Pagamento	Cota Patrimonial (R$ / cota)	D.Y. Mensal (a.a.)
mai/25	0,78	03/06/2025	100,88	9,68%
jun/25	1,10	09/07/2025	101,43	13,82%
jul/25	1,15	11/08/2025	101,35	14,50%
ago/25	1,15	09/09/2025	101,31	14,50%
set/25	1,20	09/10/2025	101,49	15,15%
out/25	1,25	11/11/2025	102,15	15,71%
nov/25	1,25	09/12/2025	101,44	15,83%
dez/25	1,05	12/01/2026	100,89	13,23%
jan/26	1,00	10/02/2026	100,76	12,58%
fev/26	0,93	10/03/2026	99,93	11,76%
mar/26	0,93	10/04/2026	99,75	11,78%
abr/26	0,93	12/05/2026	98,14	11,98%
mai/26	0,93	10/06/2026	98,32	11,96%
jun/26	0,93	10/07/2026	98,12	11,99%
jul/26	0,93	11/08/2026	98,37	11,95%
ago/26	0,93	10/09/2026	97,61	12,05%
set/26	0,93	09/10/2026	95,89	12,28%
out/26	0,93	10/11/2026	95,79	12,29%

Resumo da Alocação do Fundo

Abaixo apresentamos a alocação do fundo considerando o patrimônio líquido ao final do mês de outubro de 2026. Nosso time está trabalhando na diligência e estruturação de novas emissões em diferentes fases de maturidade que serão investidas pelo Fundo.

Ticker	Emissor	Setor	Volume (R$ milhões)	% PL	Duration (anos)	Index.	Taxa MtM	Taxa Aquisição	Taxa Equiv. (CDI)	NTN-B Referência	Spread NTN-B MtM	Spread NTN-B Aquisição	Rating
Book Core			**50,1**	**32,3%**	**3,8**				**4,51%**				
CICC	Conecta Campinas	Ilum. Pública	40,2	25,9%	3,9	IPCA	12,78%	12,74%	4,39%	2030	449 bps	511 bps	n/a
IBIP11	Ibipar S.A.	Telecom	7,7	5,0%	3,5	IPCA	14,40%	14,00%	5,56%	2030	600 bps	559 bps	n/a
23H1317741	Órigo	Ger. de Energia	2,2	1,4%	3,8	IPCA	10,71%	11,14%	2,91%	2030	257 bps	296 bps	n/a
Book Líquido			**64,1**	**41,3%**	**4,8**				**1,34%**				
TUPW21	TUPI Energia	Ger. de Energia	10,8	7,0%	5,0	IPCA	13,23%	8,70%	0,64%	2032	490 bps	83 bps	AA-
TEPA13	Brasil TecPar	Telecom	10,5	6,8%	3,1	IPCA	24,32%	11,39%	3,14%	2030	1.519 bps	357 bps	AA-
ORIG12	Origem Energia	Óleo e Gás	10,2	6,6%	4,7	IPCA	11,19%	10,04%	1,89%	2032	301 bps	233 bps	A
IRJS14	Iguá RJ	Saneamento	9,0	5,8%	7,1	IPCA	12,69%	8,62%	0,63%	2035	439 bps	96 bps	AAA
ENAT11	Enauta	Óleo e Gás	6,8	4,4%	1,4	IPCA	8,72%	8,07%	0,38%	2028	93 bps	17 bps	AA+
VERO35	Vero S.A.	Telecom	6,7	4,3%	5,6	IPCA	14,00%	9,66%	1,53%	2032	561 bps	171 bps	A+
UNEG11	UTE GNA	Ger. de Energia	5,8	3,7%	6,7	IPCA	9,61%	8,38%	0,41%	2035	154 bps	73 bps	A
ENEY12	360 Energy	Ger. de Energia	4,4	2,8%	5,5	IPCA	10,72%	9,48%	1,37%	2035	257 bps	115 bps	AAA
Book Yield			**24,8**	**16,0%**	**3,6**				**5,28%**				
AEGE16	Equipav Saneamento	Saneamento	13,4	8,6%	4,5	CDI	6,11%	2,98%	6,11%	-	-	-	BBB+
TRRR11	Trivia Trens	Mobilidade Urbana	6,3	4,1%	0,9	CDI	3,30%	3,30%	3,30%	-	-	-	n/a
25L2408810	CRI Alta Savassi	Ger. de Energia	5,1	3,3%	4,4	IPCA	13,47%	14,00%	5,56%	-	-	-	n/a
	Debêntures		**139,0**	**89,6%**	**4,2**	**CDI[1]**			**3,19%**				
Liquidez	Fundo de Zeragem	-	9,2	5,9%	-	CDI	-	-		-	-	-	n/a
Outros	Diferimentos, Provisões e Margem SWAP	-	7,0	4,5%	-	CDI	-	-		-	-	-	n/a
	Total		**155,2**	**100%**									

[1]A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. [2]O caixa do Fundo é composto pela alocação em fundos de zeragem, os ativos de renda fixa (Tesouro SELIC) alocados em margem do DAP para os contratos de swap e, adicionalmente, o ativo contábil decorrente do diferimento de determinados custos da oferta, que são amortizados diariamente.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

23H1317741 – CRI Órigo

As Cedentes da Operação são 13 SPEs subsidiárias da Órigo Energia que possuem os direitos associados a construção e operação de 7 UFVs. As UFVs possuirão juntas 23,8 MWp de capacidade instalada e Fator de Capacidade Médio de 22,3% (P90) e 23,3% (P50). A conexão será realizada na rede de distribuição da CEMIG (4 usinas em MG) e da Energisa MS (3 usinas no MS).
As UFVs foram locadas para a Cooperativa Órigo de Geração Distribuída por meio de contratos de locação com prazo de 20 anos. O valor do aluguel fixo é atualizado anualmente pelo IPCA. A Cooperativa realiza a locação de suas quotas para consumidores finais residenciais (PF) e MPEs (PJ) por meio de planos de 12 meses que objetivam a atribuição de créditos de energia e descontos na conta de energia dos cooperados. A Órigo Energia é a gestora da Cooperativa, sendo uma das líderes do mercado de geração compartilhada para clientes varejo no Brasil. A estrutura acionária da Órigo inclui fundos de investimento de gestoras locais e internacionais: I Squared Capital (49,37%), Augment (23,06%), TPG (12,04%), Blue Like an Orange (5,65%), Mitsui (3,68%), MOV (3,65%) e Outros (2,55%).

O racional de crédito da operação em estrutura de *project finance* é baseado no risco de construção e operação das UFVs e na locação das cotas da Cooperativa Órigo para o consumidor final. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas das SPEs, máquinas e equipamentos e dos direitos de superfície, a cessão fiduciária dos direitos creditórios dos projetos e apólices de seguro. A estrutura conta ainda conta com uma fiança corporativa da EBES Sistemas de Energia S.A. (holding do grupo Órigo Energia). Os covenants da operação incluem o inadimplemento dos contratos de locação das UFVS, restrições no pagamento de dividendos caso o ICSD seja menor que 1,30x e obrigações e declarações gerais aplicáveis fiadora e à cooperativa.

Monitoramento

Todas as sete usinas fotovoltaicas estão conectadas e em operação comercial. O COD da última UFV a ser concluída ocorreu em dezembro de 2024. Ao final de fev/26, as usinas seguiam plenamente operacionais e aferiram no mês 100% de ocupação e geração em linha com os cenários projetados – importante ressaltar que as usinas são conectadas diretamente com as distribuidoras locais, portanto a geração não é impactada pelo curtailment.

Com a conclusão das obras e energização das usinas acompanhamos agora as demais condições necessárias para a conclusão financeira dos projetos. Restam pendentes o faturamento mínimo mensal por 3 meses consecutivos e um relatório de conclusão atestando o cumprimentos das condições.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

CICC12 e CICC22 – Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. ("Conecta Campinas") é uma SPE que detém o contrato de concessão administrativa para desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública de Campinas, no estado de São Paulo, por um prazo de 13 anos (Mar'23 – Fev'36). No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i) instalação de lâmpadas de LED em 124.484 pontos de iluminação; (ii) implantação de um sistema de telegestão para o parque de iluminação; e (iii) 421 projetos especiais de iluminação de destaque.

A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Campinas com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (CPFL) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~22 mln/ano (data-base Jun'23) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 79% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um *ramp-up* conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 21% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

O racional de crédito da operação é hibrido combinando uma estrutura de *project finance* com garantias dos acionistas, e é baseado no risco de operação e manutenção do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP, tendo em vista que a modernização foi concluída e certificada pelo Verificador Independente. As dívidas são sêniores e possuem um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. Além disso, a emissão conta com fiança corporativa solidária dos acionistas. A debênture CICC12/CICC22 possui prazo de 10,5 anos , e taxa de aquisição de IPCA + 12,04% / IPCA + 14,74%, respectivamente.

Monitoramento. A concessionária concluiu oficialmente o 3º e último Marco de Modernização da concessão no dia 15 de maio de 2026, certificando a conclusão integral da modernização do parque de iluminação pública de Campinas: modernização da totalidade dos 124.484 pontos de iluminação pública existentes, 3.046 faixas de pedestre, 108 parques, praças e bosques, 37 monumentos e 12 patrimônios que contemplam a iluminação de destaque. Após o aceite do Marco III pelo Verificador Independente do contrato de concessão (Arcadis), a receita operacional bruta do projeto será o valor da contraprestação mensal máxima de ~BRL 2,0 mln. Diante disso, o projeto passa da fase de modernização para a fase operacional do parque de iluminação pública.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

IBIP11 – Ibipar S.A.

A Ibipar S.A. (Ibipar) é um provedor de serviço de internet (*Internet Service Provider "ISP"*) por meio de banda larga fixa via fibra ótica que atua em mais de 12 cidades do Estado de Minas Gerais (infraestrutura de rede de 5.350 km). A empresa atua desde a construção e gestão da infraestrutura de rede até a comercialização dos serviços (instalação, suporte técnico, cobrança e atendimento ao cliente). Ao final de 2024 a Ibipar possuía ~55 mil *homes connected* (nº de estabelecimentos efetivamente conectados à rede). Em Nov/2025, a Ibipar foi adquirida pela Nicnet S.A. (Nicnet), outra *ISP que* possui uma operação focada na região metropolitana de Ribeirão Preto com uma base de 96,7 mil *homes connected.*

A Cabonnet, a 30ª maior *ISP* do Brasil em homes connected ao final de 2025, concentra suas operações em 40 cidades no interior paulista , com uma rede de 6.817 km, ~550 mil homes passed e ~110 mil homes connected, uma rede considerada subutilizada pela administração do grupo. A Cabonnet foi adquirida pela Nicnet em dez/25, compondo juntamente com a Ibipar e Nicnet, o "Grupo Nicnet".

Com tais aquisições, em abr/26, o grupo Nicnet se consolida como 17º maior provedor de serviços de internet de banda larga fixa em números de *homes connected* (~270 mil) presente no interior mineiro e paulista, com take up rate consolidado de 21,3%.

O racional de crédito da operação em estrutura de *project finance* e é baseado no risco de elevar a eficiência operacional da infraestrutura de rede existente do Grupo Nicnet e aumentar o aproveitamento das sinergias da integração entre as empresas do grupo. A dívida possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas de subsidiárias coligadas, das ações da emissora, de máquinas e equipamentos, a cessão fiduciária dos direitos creditórios pela cedente, Garantia Fidejussória dos Avalistas (Nicnet).

Estratégia de Investimento Tática

IRJS14 – Iguá Rio de Janeiro S.A.

A Emissora é uma SPE que possui a concessão de 35 anos (até 2057) para prestação regionalizada de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos bairros Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio no Rio de Janeiro (juntos representam 95% da receita da concessão), além dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes no mesmo estado. A tarifa da concessão é ajustada anualmente por uma fórmula paramétrica que considera as pressões inflacionárias sobre os principais custos da operação. A área da concessão abrange uma população de 1,2 mln de pessoas. A concessão tem perfil maduro, com altos índices de cobertura de água (95%) e esgoto (84%), atendendo um público em regiões nobres do Rio de Janeiro, composto principalmente por grandes condomínios (6% das conexões representam 2/3 do faturamento). O contrato estabelece metas para a universalização do atendimento: (i) 99% de cobertura de água; (ii) atender 90% da população com coleta e tratamento de esgoto; ambos até 2033, e (iii) reduzir as perdas de água de 61% para 25% até 2031.

Após a revisão do plano de negócios da Iguá RJ, a curva de investimentos foi reperfilada, com Capex médio de ~BRL 265 mln/ano entre 2028 e 2032, majoritariamente concentrado em projetos especiais, como as ações de despoluição do complexo lagunar (Jacarepaguá, Camorim, Tijuca, canais de Joatinga e Marapendi), a expansão da cobertura de esgoto, principalmente em áreas irregulares, e o projeto de coletor de tempo seco. Adicionalmente, em maio de 2026 a Iguá Saneamento aprovou um aumento de capital de ~BRL 700 mln, cujos recursos poderão ser parcialmente destinados à aceleração dos projetos especiais da Iguá Rio. Estima-se que a concessão vai gerar ~BRL 57 bln em fluxo de caixa livre.

A concessionária SPE Iguá RJ é uma subsidiária integral da Iguá Saneamento. O grupo possui 15 concessões e 3 PPPs de saneamento em 6 estados diferentes (Receita Operacional Líquida ajustada de BRL 2,7 bln e EBITDA de BRL 1,1 bi em 2025). Devido aos financiamentos necessários para o pagamento da outorga da Iguá RJ o grupo apresenta uma alavancagem financeira elevada (10,4x ND/EBITDA em 2025). A estrutura acionária é composta pelo CPP Investments (29,9% direto), o AIMCo (10,8% direto), BNDESPar (10,9% direto) e fundos que que possuem investimentos indiretos complementares do CPP Investiments e da AIMco, geridos pelos dois controladores.

A emissão de debêntures foi estruturada com base no risco de geração de caixa futuro da concessão e conta com garantia adicional do acionista até a conclusão financeira do projeto no caso da primeira série (estrutura de *project finance* com recurso limitado aos acionistas). O nível de maturidade da concessão e a experiência da Iguá na operação desse tipo de ativo limitam os riscos operacionais. A equalização da estrutura de capital do projeto incluindo a quitação integral do empréstimo ponte e aportes adicionais de *equity* dos acionistas (risco *funding gap*) são os principais pontos de risco da estrutura sob a ótica de um *project finance* puro. A emissão recebeu rating brAAA+.br pela S&P e os recursos serão utilizados para pré-pagamento parcial do empréstimo-ponte. O pacote de garantias das debêntures inclui a Cessão Fiduciária dos direitos Emergentes do Contrato de Concessão e das Contas Vinculadas, a Alienação Fiduciária das Ações da Emissora e Garantia Corporativa da Iguá Saneamento S.A. até a conclusão financeiro do Projeto. As garantias serão compartilhadas com os demais credores do Projeto na proporção do saldo devedor de cada credor. A estrutura da dívida conta com um ICSD mínimo de 1,2x para a SPE.

ENAT11 – Brava Energia S.A.

A emissora é uma empresa local independente de Exploração e Produção (E&P) de Óleo e Gás, resultado da incorporação da Enauta pela 3R Petroleum, concluída em Ago'24, resultando na Brava Energia. A companhia conta com mais de 20 anos de histórico no mercado e possui capital aberto com ações listadas na B3 (Novo Mercado) desde Fev'11. Em Abr'26, a colombiana Ecopetrol adquiriu ~26% do capital da Brava Energia por ~BRL 2,77 bi (R$ 23/sh), comprando as participações da Jive, do bloco Somah/Printemps/Quantum e da Yellowstone, e passou a ser a maior acionista da companhia.



Comparação entre o FPSO Petrojarl I do SPA e o FPSO Atlanta do SD

A Brava Energia é operadora de cinco ativos:

- 100% do Polo Potiguar (Rio Grande do Norte): campos de óleo e gás onshore e em águas rasas na Bacia Potiguar, majoritariamente interligados por extensa malha de dutos, incluindo o ativo Guamaré (Refinaria Clara Camarão e Terminal Aquaviário). Produção de ~20,4k boe/d em Jun'26 (~18,9k bbl/d de óleo).
- 80% do Campo de Atlanta (litoral RJ e SC): concessão para produção de óleo até 2044. Produção média de 13,8 kboe/d, reservas 2P de 155,7 mm bbl. Operação própria desde 2018 por meio de um Sistema de Produção Antecipado - SPA que inclui um FPSO com capacidade de produção de 20,0 kboe/d.
- 62,5% do Campo de Papa-Terra (Bacia de Campos): óleo offshore, operado pela Brava em parceria com a Nova Técnica Energy (37,5%). Produção de ~13k boe/d em Jun'26. Está em curso uma campanha de perfuração de dois novos poços (PPT-52 e PPT-53), com primeiro óleo previsto para o 4T26.

Estratégia de Investimento Tática

ENAT11 – Brava Energia S.A.

- 100% do Polo Recôncavo (Bahia): campos de óleo e gás onshore na Bacia do Recôncavo, com destaque para Água Grande e Candeias. Produção de ~8,9k boe/d em Jun'26.
- 100% do Campo de Peroá (Bacia do Espírito Santo): produção de gás natural.

Após a conclusão da incorporação da Enauta, a partir de Ago'24, a companhia passou a ser consolidada nos resultados da Brava Energia. Em mar/26, a Brava iniciou uma campanha integrada de perfuração de quatro novos poços offshore, sendo dois no Campo de Papa-Terra (Bacia de Campos) e dois no Campo de Atlanta (Bacia de Santos), executada com a sonda Lone Star, da Constellation. O cronograma prevê a perfuração dos dois poços de Papa-Terra entre mar/26 e set/26, com primeiro óleo no 4T26, seguida da transferência da sonda para Atlanta a partir de out/26, com primeiro óleo dos poços de Atlanta previsto para o 1S27. O capex da campanha foi otimizado de forma integrada entre os dois ativos, com 65% alocado a Atlanta e 35% a Papa-Terra, aproveitando a infraestrutura já instalada para reduzir o custo por barril. Segundo estimativas de mercado, os poços de Papa-Terra devem adicionar produção de 11 a 14 mil bbl/d e os de Atlanta, de 15 a 20 mil bbl/d.
A companhia apresentou dívida líquida de aproximadamente R$ 8,5 bi ao final do primeiro trimestre de 2026, relação dívida líquida / EBITDA de 1,8x. Os recursos da emissão serão utilizados para pagar parcela dos investimentos no projeto de expansão da capacidade produtiva do Campo de Atlanta e reforço do capital de giro da Companhia. A estrutura da dívida é corporativa, baseada no projeto de expansão e conta com índices financeiros e restrição de endividamento da Companhia até o limite de 2,5x Dívida Líquida / EBITDA. O pacote de garantias das debêntures inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Enauta Energia S.A., Garantia sobre as ações de emissão da Enauta Netherlands B.V. e Atlanta Field B.V., Penhor dos Direitos Emergentes dos Contratos de Concessão de Atlanta e Manati e Fiança Corporativa das subsidiárias Enauta Energia S.A., Enauta Netherlands B.V. e Atlanta Field B.V.

UNEG11 – UTE GNA I Geração de Energia S.A.

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. é uma SPE que detém a autorização para a implantação e a operação da Usina Termelétrica GNA I té 2050. O Projeto é localizado no município de São João da Barra (RJ) e possui 1.338 MW de capacidade instalada. A usina Termelétrica GNA I está em fase operacional sendo que o comissionamento ocorreu em Set'21. O Projeto possui um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Regulado por disponibilidade de 610,9 MW com um prazo de 30 anos, sendo 23 anos remanescentes (2046) com 100% de inflexibilidade (receitas não dependem de despacho do ONS).

A Emissão conta com um pacote de garantias que inclui a alienação fiduciária das ações da emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos dos contratos de comercialização de energia, da autorização, contas vinculadas, apólices de seguros e outros créditos da emissora e SPEs e alienação fiduciária dos equipamentos. As debêntures contam ainda com fiança corporativa da Comerc Energia e das SPEs. As garantias são compartilhadas com o Credor do Swap que converte o fluxo financeiro da dívida para dólares americanos para compatibilização do serviço da dívida com o PPA. Adicionalmente, a Emissora possui Contrato de Suprimento de Gás celebrado com a British Petroleum - BP por 23 anos (Jan'21 – Dez'43). A estrutura acionária do projeto inclui a SPIC Brasil Energia (33%), a Siemens (25%), a bp p.l.c. (13%) e a Prumo Logística (29%).
A emissão conta com fianças bancárias na totalidade da dívida até a conclusão técnica do Projeto, além de garantias reais a nível do projeto, como a alienação fiduciária das ações da Emissora e a cessão fiduciária dos PPAs do projeto. O Projeto possui um empréstimo com o BNDES garantido pelo KFW de BRL 1,8 bln. As garantias são compartilhadas com o KFW enquanto vigente o financiamento do BNDES. A emissão possui rating A emitido pela S&P em Nov'25.

TUPW21 – TUPI Energia

A Companhia é controlada pela Ibitu Energia S.A. ("Ibitu Energia"), que, por sua vez, é controlada pela gestora Castle Lake. A empresa opera 13 SPEs que gerenciam plantas eólicas em quatro clusters, complexo Icaraí, Taíba, Amontada, Riachão. As receitas são majoritariamente garantidas por PPAs com a Cemig GT e acordos no mercado regulado até 2033. Todas operacionais, conforme aferido nas demonstrações auditadas de 2025.

Recentemente (Jan'26), a Fitch Ratings atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo 'AA- (bra)', com Perspectiva Negativa, à primeira emissão de debêntures simples da Tupi. O rebaixamento reflete a redução do ICSD por conta do curtailment projetados para os próximos anos. O curtailment tornou-se um risco sistêmico do setor para geradores renováveis no país, especialmente no NE, onde estão os ativos da Tupi. Em 2025, o ONS cortou 20,6% de toda a eletricidade gerada pelas fontes fotovoltaica e eólica, com perda financeira estimada em mais de R$ 6 bilhões, refletindo o descompasso entre a rápida expansão da oferta renovável, as limitações da malha de transmissão e a queda da demanda líquida no submercado. A regulação vigente (REN 1.030/2022) reconhece ressarcimento apenas para cortes por indisponibilidade externa e ainda assim sujeito a uma franquia anual não indenizável excluindo os cortes por confiabilidade elétrica e por razão energética, o que gerou uma onda de judicialização contra a ANEEL desde 2023. Os PPAs contratados da Tupi contemplam preços fixos e reajustados anualmente pela inflação, e um dos clusters está exposto ao risco de submercado, pois tem a obrigação de entregar energia no SE. A partir de 2033, a energia estará majoritariamente descontratada. Entretanto, 22,5% do saldo das debêntures serão amortizados neste período.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

TUPW21 – TUPI Energia

A operação conta com um robusto pacote de garantias, incluindo a alienação fiduciária de todas as ações da Ibitu e suas SPEs, as quais serão fiadoras, além da alienação fiduciária de todos os equipamentos e cessão fiduciária dos direitos creditórios, dos direitos emergentes da autorização e dos recebíveis, há uma conta-reserva no equivalente a 6 meses do serviço da dívida e covenants financeiros que restringem o pagamento de dividendos ao acionista em caso de DSCR consolidado ficar abaixo de 1,25x. Adicionalmente, há limitação para contratação de endividamento adicional, desinvestimentos e aquisições.

TEPA13 – Brasil Tecnologia e Participações S.A.

A emissora é a 7ª maior empresa de banda larga fixa do Brasil em número de acessos, atuando desde a construção e gestão das infraestrutura de rede até a comercialização dos serviços (instalação, suporte técnico, cobrança e atendimento ao cliente). A companhia fornece acesso à internet via fibra ótica, serviços de TV por assinatura, telefonia fixa, soluções em nuvem, suporte de T.I. entre outras soluções voltadas à conectividade e tecnologia. O público-alvo é composto tanto por clientes B2B quanto B2C, em uma proporção de receita total de 70/30 respectivamente em dez/24.

A companhia possui mais de 212 mil km de rede sob gestão, sendo 129,7 mil km de rede de longa distância e 82,9 mil km de rede metropolitana com praticamente 100% de rede própria. Possui presença em 9 estados brasileiros e atua em 365 cidades, com um market share relevante especialmente nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Possui uma base de clientes robusta com 5,4 mln de homes passed[1] e 1,3 milhões de homes connected[2] considerando as aquisições recentes.

O business plan da empresa é bastante agressivo, adotando uma estratégia de crescimento inorgânica por meio de aquisições de outros provedores de internet com um histórico de aquisições e integração de 56 companhias. Dessa forma a companhia consegue capturar sinergia e ganhos de escala para a operação.

Em jan/25, a Brasil TecPar recebeu um investimento inicial de R$ 300 milhões da Macquarie Capital, que passa a fazer parte da estrutura societária da empresa com uma participação de 16%. O acordo de investimentos permite que a Macquarie aumente a sua participação em até R$ 1,5 bln nos próximos 4 anos de modo a acompanhar o plano estratégico de negócios da companhia.

Em fev/26, a cia anunciou a compra da Ligga Telecom por R$495 mln, aquisição confirmada pelo CADE em maio/26. Com a aquisição, a cia se consolida na 3ª posição no mercado de banda larga fixa no Estado do Paraná, adicionando 344 mil clientes à base.

A S&P atribuiu o rating AA- para a 3ª emissão da Brasil TecPar reiterando a expectativa da agência de que a empresa continuará crescendo de forma orgânica e inorgânica nos próximos anos, mantendo a sua posição de mercado.

A operação conta com um pacote de garantias robusto incluindo a alienação fiduciária dos bens móveis correspondentes à rede de cabeamento de fibra óptica e equipamentos de rede que devem corresponder a 100% do saldo devedor da emissão e a cessão fiduciária de recebíveis oriundos de contratos comerciais da TecPar que devem corresponder a 15% do saldo devedor.

[1]Domicílios aptos a receber uma conexão. [2]Domicílios efetivamente conectado á rede.

ORIG12 – Origem Energia S.A.

A Origem Energia é uma empresa local independente com modelo de negócios verticalizado para a Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás incluindo a Infraestrutura associada para processamento, armazenagem e transporte. A empresa conta com infraestrutura própria para a exploração e venda de óleo e gás sendo 300 km de gasodutos conectados à TAG e a um terminal de exportação, uma unidade de processamento de gás de 1,8 mln m3/ dia, um reservatório com capacidade de armazenagem de 1,5 bln m3, duas termelétricas com 250 MW de capacidade instalada e uma concessão de terminal de exportação de petróleo.

A companhia possui dois campos operacionais: (i) Cluster Alagoas (97% da produção) e (ii) Cluster Tucano Sul (3% da produção). Ambos são ativos desinvestidos pela Petrobras compostos por campos onshore. No 1T26, a produção média foi de 12,3 kboe/dia, em linha com o 4T25 (12,5 kboe/dia). Com a retomada da produção ao longo do 1T26, a média mensal de mar'26 atingiu 16,5 kboe/dia, o maior patamar da história da companhia, com incremento de 23% em relação ao 4T25, mantendo o perfil majoritariamente gasífero do portfolio (~3/4 da produção). A campanha exploratória segue em andamento, com o poço ORGM-019 concluído e já em produção (~540 boe/dia) e outros 3 poços em fase avançada de perfuração, com conclusão esperada para o 2T26.

Descrição e Monitoramento dos Ativos

ORIG12 – Origem Energia S.A.

A Origem Energia tem como seu principal acionista o fundo PSS Energy, com 96% das ações. O fundo é gerido pela Prisma Capital. As duas emissões contam, de forma compartilhada, com a cessão fiduciária de dividendos e quaisquer recebíveis das subsidiárias da emissora como garantia, além das garantias reais outorgadas no âmbito da 1ª Emissão da Origem Alagoas (vencimento em 2028). A debênture conta com covenants financeiros, cujo os principais são a restrição para contrair novas dívidas pela Emissora exceto quando Dívida Líquida/EBITDA consolidado ≤ 3,0x a partir de 2024 e restrição a distribuição de dividendos e redução de capital pela Emissora em caso de Dívida Líquida/EBITDA consolidado > 1,75x. As duas emissões contam com Rating A local atribuído pela Fitch Ratings (Nov'25).

VERO35 – Vero S.A.

A Vero é uma das maiores ISPs independentes do Brasil, expandindo sua presença para 426 cidades no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Possui um market share de 19% em todas as cidades e 18% nas cidades maduras. A empresa conta com 7,3 mln de homes passed e 1,3 mln de homes conectes – take up rate de ~21%, se consolidando como a 6ª maior provedora de serviços de banda larga fixa do país. A Vero finalizou a fusão com America-Net em Dez'23, expandindo a operação móvel e B2B no portfolio da Vero e agregando serviços digitais na base de clientes da ANET, além de sinergias de capex e opex. Para os próximos anos, a Vero pretende seguir investindo na expansão da rede de fibra e do portfólio de clientes, com oferta de serviços de maior valor agregado, otimização dos investimentos em equipamentos e conectividade, e a venda cruzada de produtos no B2C (business-to-consumer) e no B2B. Os acionistas majoritários da Vero são Vinci Partners com 38,26% e Warburg Pincus com 22,45%.

Após o M&A, a Vero atingiu uma receita líquida LTM no 1T26 de R$ 1,73bi e EBITDA de R$ 920mi, com alavancagem dívida líquida / EBITDA ~3,26x. Ademais, a empresa tem reportado margem EBITDA acima de 50% devido à captura de sinergias com a America Net, à oferta de serviços OTT (over-the-top) premium e ao cross-selling com serviços móveis utilizando o modelo de MVNO (mobile virtual network operator).

A S&P atribuiu o rating brA+ para a 5ª emissão de debêntures da Vero, com garantia quirografária, refletindo a expectativa de que a Vero continuará expandindo suas operações para cidades ao redor de sua rede existente e aumentando a taxa de ocupação de sua rede, mantendo sua relevância entre os provedores independentes da banda larga fixa.

ENEY12 – 360 Energy

A 360 Energy é um empreendimento behind-the-meter de energia renovável com 4 plantas solares: Porto Real (RJ – já operacional), Goiana I e II (PE – em construção) e Betim (MG – em construção), que serão instaladas nas unidades fabris da Stellantis Brasil, contraparte com quem o projeto possui contrato de autoprodução para fornecimento de energia, arrendamento e O&M, com preços já pré-estabelecidos, com reajustes anuais pela inflação, garantindo maior previsibilidade da receita. A configuração behind-the-meter elimina qualquer exposição a restrições na rede de transmissão externa (*curtailment*).

A S&P atribuiu o rating brAAA para a 2ª emissão de debêntures da 360 Energy Solar Brasil, dado a baixa complexidade operacional, limitada exposição a riscos de mercado e ausência de risco de curtailment, que asseguram uma geração de caixa estável e previsível.

O projeto conta com fiança bancária do Banco Santander por 24 meses (renovável por mais 12 meses), cobrindo a fase de construção até a entrada em operação comercial. O pacote de garantias compreende o penhor de ações, recebíveis e contas do projeto, com uma cascata de pagamentos que prioriza despesas operacionais e o serviço da dívida sênior, em linha com estruturas usuais de project finance.

Estratégia de Investimento Yield

AEGE16 – Equipav Saneamento S.A.

A Equipav é uma plataforma de investimento com atuação em projetos de infraestrutura no Brasil há mais de 60 anos, com foco em saneamento e rodovias. A empresa é controlada pelas famílias Vettorazzo e Toledo, cada uma com participação de 50%. A emissora é uma holding não operacional da Equipav que investe no setor de saneamento através de sua controlada Aegea Saneamento na qual detém 53% de participação, e a maior empresa de saneamento privado brasileiro, servindo mais de 39 milhões de clientes em 15 estados e com mais de 56% do market share do setor privado de saneamento, atuando na operação e gestão de sistemas de saneamento e esgoto. O portfólio da Aegea se deu, principalmente, por meio de aquisições que engloba concessões e PPPs em +500 cidades com prazo médio de contratos de 31 anos.

Em abr/25 a Aegea venceu o leilão de três novos blocos de saneamento no estado do Pará, com Capex total estimado de R$ 15,2 bi para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033 e contam com pagamentos de R$ 1,4 bi em outorga fixa.

Além disso, os crescentes investimentos na recuperação de ativos têm beneficiado as margens da companhia: a Corsan, que respondeu por cerca de 36% do EBITDA consolidado no primeiro trimestre de 2025, já reportou margem superior a 60% no período, patamar também atingido pela Águas de Teresina, onde as perdas de água foram reduzidas de 53% em 2017 para 30% no 1T25, enquanto a cobertura de esgoto aumentou de 19% para 62% no mesmo período.

A operação conta com um robusto pacote de garantias, incluindo a alienação fiduciária de 15% das ações ordinárias da Aegea Saneamento, de titularidade da Equipav e seus direitos econômicos. Adicionalmente, há limitação para contratação de endividamento adicional, no qual a dívida bruta total da emissora não deve ser superior à BRL 2,5 bi, além de que qualquer nova dívida captada pela companhia não poderá ser sênior em relação às debêntures da 6ª emissão (AEGE16).

Em Abr'26, a S&P atribuiu o rating brBBB+ para a 6ª emissão de debêntures da Equipav Saneamento, refletindo a previsibilidade dos fluxos de caixa oriundos das operações da Aegea.

TRRR11 – Trivia Trens

A Trivia Trens S.A., subsidiária integral da Comporte Participações S.A. (AA-.br estável Moody's), possui a concessão das linhas 11 (Coral), 12 (Safira), 13 (Jade) e Expresso do Aeroporto de Guarulhos da rede metroferroviária do município de São Paulo, com vigência de Jul'25 – Jul'50. O objeto da concessão inclui o O&M de 102 km das vias existentes, expansão de 22,6 km, modernização dos trilhos existentes, construção de 8 novas estações e reforma das 29 estações existentes no prazo de construção de 8 anos até 2032.

As linhas 11 e 12 concentram obras *brownfield*, com foco em ganhos de eficiência operacional na gestão dos trens, enquanto a linha 13 é uma expansão *greenfield*, de maior complexidade, com +4 novas estações em áreas de alta densidade urbana. O CapEx total da concessão é de R$ 11 bi, dos quais R$ 10 bi serão financiados via aporte público, com aportes mensais até 2032, previstos no LOA SP ("Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo") de cada ano.

Atualmente o projeto está na fase pré-operacional até Nov'26, período em que a equipe da Trivia é capacitada pela CPTM ("Companhia Paulista de Trens Metropolitanos") para operar a concessão e é responsável pela revisão dos trens, enquanto a CPTM é responsável por todos os custos e aufere as receitas tarifárias e acessórias. A partir de Nov'26 inicia-se a fase assistida, em que a Trivia será responsável pela operação das linhas com o suporte da CPTM na operação, assumindo os custos e sendo remunerada conforme o contrato de concessão.

A Comporte é uma das principais holdings de transporte urbano de passageiros do Brasil. Fundada em Jun'2002 e com sede em São Paulo, o grupo atende mais de 700 municípios em 15 estados brasileiros, transportando ~421 milhões de passageiros/ano. A Comporte opera uma frota de +6k ônibus e 57 trens e possui +382km de trilhos sob concessão, incluindo a Concessão do Metrô BH (Belo Horizonte – MG). Recentemente, o grupo expandiu seu portfolio ferroviário após vencer as licitações do Trem Intercidades – Eixo Norte (TIC Trens), trecho São Paulo – Campinas.

Atualmente a operação conta com a fiança corporativa solidária dos acionistas diretos e indiretos da Emissora. Está previsto a constituição das garantias reais da operação após conclusão da anuência da ARTESP, incluindo a alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, cessão fiduciária de todos os direitos creditórios da concessão e também todos os direitos emergentes da Concessão das linhas 11, 12 e 13 e das contas vinculadas da operação.

Estratégia de Investimento Yield

25L2408810 – CRI Alta

A Alta Energia é uma empresa dedicada ao desenvolvimento e implantação de soluções de infraestrutura energética para clientes industriais, agroindustrial, imobiliário e de mineração, com foco em parcerias para redução de custos e riscos. A companhia está inserida no ecossistema da Paraty Energia, que atua como plataforma de investimento, gestão no setor elétrico e comercialização de energia.

Os recursos do CRI Alta serão destinados ao desenvolvimento e implantação de uma subestação de energia elétrica para utilização da Itaminas (mineradora brasileira focada na extração e comercialização de minério de ferro, com foco de atuação em Minas Gerais) por meio de contrato na modalidade *build-to-suit*. Alta Energia atua como responsável pela implantação do ativo.

O pacote de garantias inclui a cessão fiduciária, de 10% dos recebíveis atuais e futuros oriundos do contrato entre Itaminas e um grande grupo siderúrgico nacional, a cessão fiduciária da conta vinculada, a alienação fiduciária de quotas da Alta Energia, o penhor dos equipamentos, a alienação fiduciária de direito real de superfície e fiança corporativa da Paraty Energia.

RBR Infra DI Renda Mais

Outubro 2026 | Relatório Mensal

Características Gerais do Fundo

Razão Social

RBR Infra DI Renda Mais Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Responsabilidade Limitada

Código Cetip

6070025UN1

CNPJ

60.022.798/0001-02

Objetivo

Proporcionar rendimentos aos cotistas por meio de investimentos em títulos privados de dívida nos setores relacionadas a Infraestrutura preponderantemente na aquisição de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Segmento

Infraestrutura

Gestor

RBR Infra Gestora de Recursos Ltda.

Administrador

XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Público-alvo

Investidores em geral

Início do Fundo

06/05/2025

Prazo de Duração:

7 anos

Ambiente de Negociação das Cotas

Mercado de Balcão (MDA B3 CETIP)

Data-base (Rendimentos)

Último dia útil do mês anterior à distribuição

Pagamento de Rendimentos

Até o 8º dia útil do mês

Cotas Emitidas

1ª Emissão – 1ª Tranche (06/05/25): 854.475
1ª Emissão – 2ª Tranche (04/06/25): 764.615

Números de Cotistas

4.449

Rentabilidade Alvo

1,0% a 2,0% acima do CDI

Taxa de Gestão e Administração

1,25% a.a.

Taxa de Performance

20% do montante dos rendimentos efetivamente distribuídos que excederem a variação do CDI, apurada anualmente no término do exercício social do fundo.

Exercício Social

Fevereiro

Tributação

Isenção IRPF (rendimentos e ganhos de capital)

Patrimônio Líquido 30.10

R$ 155,1 milhões

As informações contidas nesta apresentação não podem ser consideradas como única fonte de informações no processo decisório do investidor, que, antes de tomar qualquer decisão, deverá realizar uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos, face aos seus objetivos pessoais e ao seu perfil de risco ("*Suitability*"). Assim, não é possível prever o desempenho futuro de um investimento a partir da variação de seu valor de mercado no passado. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos.

Este boletim tem caráter meramente informativo, destina-se aos cotistas do Fundo, e não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento. Recomendamos consultar profissionais especializados e independentes para eventuais necessidades e questões relativas a aspectos jurídicos, tributários e de sucessão. As informações veiculadas, os valores e as taxas são referências as datas e as condições indicadas no material, e não serão atualizadas. Verifique a tributação aplicável. As referências aos produtos e serviços são meramente indicativas e não consideram os objetivos de investimento, a situação financeira, ou as necessidades individuais e particulares dos destinatários. O objetivo de investimento não constitui garantia ou promessa de rentabilidade. Os dados acima consistem em uma estimativa e não asseguram ou sugerem a existência de garantia de resultados ou informações nele contidas. Adicionalmente, não se responsabilizam por decisões dos investidores acerca do tema contido neste material nem por ato ou fato de profissionais e especialistas por ele consultados. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não são garantidos pelo administrador do fundo, gestor da carteira, por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento do Fundo, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como as disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto. Os riscos eventualmente mencionados neste material não refletem todos os riscos, cenários e possibilidades associados ao ativo. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre todos os riscos, previamente a tomada de decisão sobre investimentos. Ao investidor caberá a decisão final, sob sua única e exclusiva responsabilidade, acerca dos investimentos e ativos mencionados neste material. Para obter informações sobre objetivo, público-alvo e riscos, consulte o regulamento do Fundo. São vedadas a cópia, a distribuição ou a reprodução total ou parcial deste material, sem a prévia e expressa concordância do administrador e do gestor do Fundo.

Autorregulação ANBIMA – Administração Fiduciária
Autorregulação ANBIMA – Gestão de Recursos
PRI Principles for Responsible Investment

RBR Asset Management
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.400 Cj. 122
São Paulo, SP - CEP: 04543-000
Tel: +55 11 4083-9144 | contato@rbrasset.com.br
www.rbrasset.com.br

Glossário

***CapEx*:** *Capital Expenditure,* termo em inglês que significa investimentos em bens de capitais.

Cash waterfall: mecanismo que define a prioridade do destino de cada fluxo financeiro.

***Club deal*:** conjunto de empresas ou fundos que se unem com o objetivo de adquirir um título de dívida ou uma empresa.

COD: Início de operação comercial

***Conta escrow*:** conta na qual é depositado o valor de uma garantia, até que as condições para sua liberação sejam satisfeitas.

Correção Monetária: São ajustes contábeis e financeiros, exercidos para adequação da moeda em relação a inflação. Eles são realizados por meio de atualização do saldo devedor da operação pelo indexador de referência.

***Covenants*:** cláusulas restritivas presentes em contratos de dívida que tem como objetivo a proteção dos credores.

Debêntures: As debêntures são títulos representativos de dívida emitidos por empresas com o objetivo de captar recursos para diversas finalidades, como, por exemplo, o financiamento de seus projetos. Os investidores, ao adquirem esses papéis, têm um direito de crédito sobre a companhia e recebem remuneração a partir dos juros.

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura: Debêntures emitidas com base no artigo 2º da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011

Dívida Líquida: endividamento total bruto da companhia subtraído de seu caixa livre.

***Duration*:** A *Duration* de um ativo é a média ponderada do prazo que um investidor leva para recuperar um investimento realizado, geralmente medido em meses ou anos.

EBITDA: *Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization* (EBITDA) é uma métrica que representa o lucro operacional da uma empresa.

EBITDAX: métrica utilizada no setor de óleo e gás correspondente ao EBITDA descontadas despesas de exploração.

EPCI: Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI) é um tipo de contrato que compreende em um só instrumento o projeto, a construção, a compra de equipamentos e a montagem para determinada obra.

***Free float*:** indicador que informa o percentual de ações de determinada companhia que está livre para negociação no mercado.

Ganho de Capital: Diferença positiva entre o valor de venda de um bem e seu valor de compra.

ICSD: o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é um indicador financeiro que mensura a capacidade do devedor em amortizar a dívida e pagar juros em um dado período

kboe/d: unidade de medida equivalente a milhares de barris de óleo equivalente por dia.

mm bbl: unidade de medida equivalente a milhões de barris.

MtM: Marcação a Mercado (*Market to market)*.

***Non-recourse*:** tipo de financiamento no qual o pagamento da dívida é limitado aos fluxos e às garantias específicos do projeto.

NTN-B: título público brasileiro pós-fixado indexado ao IPCA.

Pari-passu: termo em latim que significa proporcionalmente.

***Private Placement*;** rodada de investimento no qual ações ou títulos são vendidos para investidores e/ou instituições selecionadas previamente.

***Project finance*:** modalidade de estruturação financeira onde o serviço da dívida é suportado pelo fluxo de caixa gerado pelo projeto e tem como garantia seus ativos e recebíveis.

***Ramp-up*:** termo que representa que a performance comercial do projeto está em fase de crescimento.

Reservas 1P, 2P e 3P: categorização das reservas de óleo e gás dependendo da relação entre volume explorado comercialmente e o volume estimado em análises probabilísticas. (i) Provadas (1P) probabilidade mínima de 90% do volume explorado ser igual ou maior ao estimado em análises probabilísticas, (ii) Prováveis (2P) probabilidade mínima de 50% e (iii) Possíveis (3P) probabilidade mínima de 10%.

***Road show*:** série de apresentações feitas por uma empresa a potenciais investidores normalmente em processo de emissão de dívidas ou ações.

Securitização: processo de agrupamento de vários ativos financeiros em um único ativo padronizado e negociável.

Serviço da dívida: parcela de pagamento da dívida composta por juros e principal.

SPE: Sociedade de Propósito Específico (SPE) é um modelo de organização empresarial pela qual se constitui uma empresa que tem um objetivo específico pré-determinado.

Glossário

***Spread*:** Diferença da taxa cobrada de uma operação e a taxa de referência (ex. NTN-B) de mesma *duration.*

***Swap*:** derivativo financeiro para a troca de ativos com fluxos financeiros por período determinado, sendo um com o valor fixo e outro atrelado a uma variável, como uma taxa de câmbio ou um índice de preços.

***Take or pay*:** modalidade de contrato que define uma quantidade mínima de produtos ou serviços a serem disponibilizados e fixa um valor mínimo a ser pago por tais produtos ou serviços, independentemente de serem usufruídos.

TIR*:* Taxa Interna de Retorno de um investimento.

UFV: Usina de Energia Solar Fotovoltaica

***Yield*:** retorno obtido em um investimento após determinado período**.**